

RESISTÊNCIA TRAVESTI E TRANSEXUAL: Uma (R)Existência Política abjeta do Capital

Diego S. Santos¹

Sergio Luiz Baptista da Silva ²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo aproximar de forma introdutória uma discussão sobre a potência desestabilizadora das identidades travestis e transexuais para o capitalismo. Há uma dificuldade da interlocução das discussões da teoria *queer* com as discussões sociais e políticas. Como Nancy Fraser apresenta, as reivindicações por reconhecimento e as reivindicações por redistribuição são antagônicas. Ao pensarmos as questões que discutem identidade e gênero, tentamos justapor essas reflexões de teóricos sobre desigualdade no seio do capitalismo. Entendemos que os ativismos locais dos corpos abjetos podem ser a resistência necessária para a saída da crise do capital, como aponta Wallerstein.

Palavras-Chave: Travesti. Transexual. Capitalismo. Políticas. Desigualdade.

TRANVESTITE AND TRANSEXUAL RESISTANCE: An Existence or Resistance Political abject of Capitalism

Abstract

The current work aims an introductory way a discussion about the destabilizing power of transvestite and transsexual identities for capitalism. There is a difficulty in discussing queer theory with social and political discussions. As Nancy Fraser puts it, claims for recognition and claims for redistribution are antagonistic. When we think about issues that discuss identity and gender, we try to juxtapose these reflections of theorists on inequality within capitalism. We understand that the local activism of the abject bodies may be the necessary resistance to exit from the capital crisis, as Wallerstein points out.

Keywords: Transvestite. Transgender. Capitalism. Politics. Inequality.

¹Graduado em Psicologia pela PUC-Rio, Especialista em Gênero e Sexualidade pelo CLAM/IMS/UFRJ, Pós-graduando em Políticas Públicas em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

² Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo, professor Adjunto IV na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Introduzindo algumas Questões da Problemática trans/travesti na Favela da Rocinha

A ausência de escolaridade e inserção profissional da maioria de pessoas travestis e transexuais e a quantidade de mortes por assassinatos da população transexual e travesti³ junto à insensibilidade social frente a essas mortes tornam-se pautas urgentes.

A inserção e permanência na escola é um ponto nevrálgico de atenção, pois esta é uma instituição com função social de formação de cidadãos. Apesar de ser um espaço de sociabilidade, é também uma Arena cultural (Bortolini, 2011) na qual a coexistência de diferentes sujeitos e construções culturais levam a pensar sobre os processos de interação e marginalização que ocorrem no interior do contexto escolar e que produzem trajetórias de vida desiguais.

A não aceitação familiar — para uma grande maioria, o que faz com que muitas saiam de casa ainda jovens — e o despreparo da tradicional educação brasileira em trabalhar a diversidade e de evitar o *bullying* (Bortolini, 2011) fazem com que transexuais e travestis deixem as salas de aulas precocemente. O resultado é a forte presença deste público na informalidade e na prostituição. Estimativas da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) apontam que apenas 10% do grupo trabalha registrado⁴.

Andrade (2015) estudou as travestis no espaço escolar, desvendando suas sociabilidades, resistências e assujeitamentos à ordem normativa, a partir de suas

³ Mapa dos casos de assassinatos de Travestis, Mulheres Transexuais e Homens Trans, no território brasileiro no ano de 2017 contabilizados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Os dados foram transformados em um mapa e disponibilizados pela ANTRA para facilitar a visibilidade da situação de violência a que transexuais e travestis estamos expostas no país. Por meio dele, é possível visualizar cada caso, o nome da vítima, local e forma do crime. Para monitorar com mais eficiência os assassinatos de pessoas no Brasil, a ANTRA desenvolveu um mapa interativo que será atualizado a cada caso. Os dados são públicos e foram compilados através da divulgação na mídia. Os números podem ser ainda maiores pela subnotificação dos casos, quando as identidades de gênero e o nome social não são respeitados. Realização: ANTRA Pesquisa/Atualização/Controle: Bruna Benevides Secretária de Articulação Política ANTRA Colaboradores: Keila Simpson Presidenta ANTRA Aubrey. Disponível em: < <https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1yMKNg31SYjDAS0N-ZwH1jJ0apFQ&ll=-15.172237574946923%2C-51.334074999999984&z=4>>. Acesso em 09/01/2018.

⁴ Disponível em: < <http://www.generonumero.media/projetos-buscam-promover-inclusao-de-pessoas-trans-no-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em 09/01/2018.

próprias narrativas e também por meio da percepção externa de quem convivia com elas no cotidiano escolar, como estudantes, professoras(es) e gestoras(es). Em meio a este olhar interno e externo, ela apresenta como as jovens travestis distantes dos grandes centros urbanos se transformam e sobrevivem no contexto familiar, escolar e social. Ela argumenta que o destino de exclusão historicamente existente para esse público não seria mais o único possível; a realidade atual das jovens travestis traz mudanças decorridas dos enfrentamentos e lutas travadas por travestis no decorrer da história. Portanto, a autora não foca sua discussão na vivência da prostituição, pois seu objetivo é apresentar outras inserções sociais travestis para além do campo da prostituição.

São imprescindíveis estratégias de inclusão e intervenções visando não somente minimizar a evasão desse público na escola, como também criar um ambiente escolar acolhedor a todos, que valorize o respeito à diversidade e à diferença, responsabilizando toda a comunidade escolar na construção de espaços de cidadania, na atuação da inclusão e na desconstrução de atitudes preconceituosas geradoras de discriminação e violência social. Para exemplificar, Andrade (2015) diz que

(...) a matrícula na escola não garante que as travestis estão sendo incluídas, ou seja, aceitas com suas diferenças na escola. A exclusão da travesti ocorre muitas vezes de forma simbólica, só ela percebe, pois quem não conhece suas singularidades não compreende suas necessidades. (p. 189-190).

O tema em questão faz parte da trajetória profissional de um dos presentes pesquisadores, elaboradores deste artigo, tendo em vista sua inserção nas atividades profissionais na condição de profissional do Programa ViraVida, atuando no SESI desde 2012.

Este artigo origina-se da convivência com jovens que se identificam como transexuais e/ou travestis, a partir da qual surge o desejo de aprofundar estudos de gênero que embasem o próprio fazer profissional – motivo pelo qual a pesquisa de mestrado desenvolvida e orientada pelos presentes autores foi realizada⁵. Tais

⁵ O artigo foi escrito a quatro mãos, pelo orientando e orientador do programa de mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos. O orientando é psicólogo em um projeto social, atuando na formação crítica de jovens e adolescentes para o Mercado de trabalho. O orientador é um

jovens participam do Programa ViraVida, iniciativa que trabalha com jovens com histórico de situação de exploração sexual comercial (ESCCA), entre outras situações de violência sexual – com idades entre 16 e 22 anos. O objetivo principal do ViraVida é promover a elevação da autoestima e da escolaridade e, por conseguinte, a inserção no mercado de trabalho dos adolescentes e jovens participantes, para que, desvendando o próprio potencial, conquistem autonomia para além do mercado de sexo, visto que este é percebido pelos usuários do ViraVida como a única saída possível para gerar renda e subsistir financeiramente.

É no esteio das políticas públicas que o programa ViraVida qualifica e dá suporte ao eixo de atendimento relativo ao plano nacional de enfrentamento à exploração sexual, oferecendo outras alternativas concretas de profissionalização e empregabilidade de jovens que se encontram em prática de ESCCA, transformando esse campo de resistência em possibilidade de escolha e oportunidade.

Como o público alvo do programa tem como recorte principal da vulnerabilidade a questão da exploração sexual, é muito comum que além de meninas cisgênero⁶ serem atendidos em número considerável, rapazes homossexuais e jovens travestis/transsexuais femininas também o sejam. Especialmente na comunidade da Rocinha, o número de meninas trans chama atenção, com relação a outras comunidades atendidas pelo ViraVida, sobretudo se comparado com Cidade de Deus, Jacarezinho, Maré e as comunidades do entorno da Rocinha⁷, como Vidigal e Cantagalo. Essas e esses jovens chegam até nós

pesquisador sobre educação, gênero, raça e formação de professores. Juntos, debruçam-se na pesquisa de mestrado da qual origina-se o texto em tela.

⁶ Embora o termo Cisgênero não seja consensual no movimento feminista e transfeminista, em alguns estudos de gênero, cissexual ou cisgênero são termos utilizados para se referir às pessoas cujo gênero é o mesmo que o designado em seu nascimento. Isto é, configura uma concordância entre a identidade de gênero e o sexo biológico de um indivíduo e o seu comportamento ou papel considerado socialmente aceito para esse sexo. De acordo com Jaqueline Gomes de Jesus (2012), cisgênero é "um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado no momento de seu nascimento" (p.15), ou seja, as pessoas não-transgênero, que seriam "o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento" (p. 15).

⁷ A Rocinha é uma favela localizada na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, no Brasil. É conhecida por ser a maior favela do país, contando com cerca de 70 mil habitantes. A região passou a ser considerada um bairro e foi delimitada pela Lei Nº 1995 de 18 de junho de 1993, com alterações nos limites dos bairros da Gávea, Vidigal e São Conrado. A favela se localiza entre os bairros da Gávea e São Conrado, dois dos bairros com o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana mais

indicadas pelos órgãos⁸ do sistema de garantia de direito que são parceiros no território da Rocinha, como as clínicas de família, o CRAS, o CREAS, o Conselho Tutelar, o Adolescentro, os postos de saúde e os CIEPS como o Nação Rubro-Negra e Ayrton Senna. É importante citar, contudo, que um dos fortes atrativos ao público trans é a oferta de cursos de beleza e cabelo; e ainda que isso configure uma oportunidade de capacitação profissional para além da prostituição, acaba por direcionar-se a outro 'gueto': a profissão de cabeleireiro.

Berenice Bento (2008) alerta para a hierarquização de identidades por meio de uma diferenciação radicalizada entre travestis e transexuais. Para ilustrar, em um atendimento com duas jovens transexuais que são irmãs, uma se via como transexual pois era mais feminina, enquanto a outra via-se como travesti pois não era tão bem produzida, e era também mais "escrota" que a irmã (palavras dela). A passabilidade⁹ parece servir de ponto de corte para essas moradoras da Rocinha – quem possui é trans e quem não possui é travesti. E o desejo perseguido é o de ter a passabilidade, é o que parece permitir uma inserção social mais confortável.

Este é um ponto de discussão infundável no movimento social que luta pelas identidades trans/travesti, visto que travesti é adotado muitas vezes como uma identidade política, enquanto transexual tem origem numa compreensão médico-patologizante (LEITE JR., 2008).

alto da cidade; além da favela do Vidigal. A proximidade entre as residências de classe alta desses dois bairros e as de classe baixa da Rocinha marca um profundo contraste urbano na paisagem da região, que é frequentemente citado como símbolo da desigualdade social do Brasil. Referências: < <http://www.centroludicorocinha.org.br/index.php?p=rocinha>>. Acesso em 15/09/2016.

⁸ O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) surgiu em 2006, para assegurar e fortalecer a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um marco legal que ratifica os direitos fundamentais da infância e da adolescência, por meio da Resolução 113 do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente). O sistema é formado pela integração e a articulação entre o Estado, as famílias e a sociedade civil, para garantir e operacionalizar os direitos das crianças e adolescentes no Brasil. Os órgãos são muitos: conselheiros tutelares, promotores e juizes das Varas da Infância e Juventude, defensores públicos, conselheiros de direitos da criança e adolescente, educadores sociais, profissionais que trabalham em entidades sociais e nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), policiais das delegacias especializadas, integrantes de entidades de defesa dos direitos humanos da criança e adolescente, entre outros.

⁹ Termo usado para se referir ao quanto um homem ou uma mulher trans "passam por" um homem ou mulher cisgênero. Nas palavras da ativista Daniela Andrade, "é quando a pessoa trans é lida pela sociedade como se fosse cis". Disponível em: < https://www.buzzfeed.com/victornascimento/o-que-e-passabilidade-e-porque-as- pessoas-precisam-saber-mai?utm_term=.ot496XG7e#.uwLJ5Mmp>. Acesso em: 20/02/2018

Esse foi um ponto importante observado na convivência para com as usuárias e os usuários do programa, pois outras jovens achavam natural que travestis fossem assassinadas por portarem-se de uma forma "escrota" (que segundo as próprias jovens travestis e transexuais, seria o ato de não seguir as regras da gramática de convivência estabelecida pela cafetina do ponto de prostituição, por exemplo, na postura, na forma de abordar clientes ou nas vestimentas). Em outro atendimento, uma transexual afirma ter sofrido transfobia por parte de sua família, especialmente pelo pai, que ao visualizá-la transvestida de mulher pela primeira vez, quebrou-lhe as duas pernas em agressões corporais, raspando-lhe também os cabelos. O ato de raspar os cabelos é uma atuação dentro da gramática¹⁰ de violência comum nas leis do tráfico da Favela. Isso evidencia que a gramática normativa da vida em favela, a "lei da favela" segundo ZILLI (2015) muito se assemelha a

um conjunto de crenças, normas, valores e condutas que regula as relações entre os jovens envolvidos com as gangues e suas comunidades locais. Essa estrutura normativa, no entanto, parece ser um amálgama de valores tradicionalistas, justificando e legitimando a adoção bastante frequente de uma série de práticas machistas e violentas, para lidar com determinadas situações de conflito dentro dos aglomerados. Nesse contexto, as gangues acabam tornando-se uma espécie de instância de poder local que, por meio da constante ameaça de uso de seu poder de fogo, se encarrega de operacionalizar e fiscalizar o uso desta estrutura normativa. (P. 475-476).

A articulação de uma identidade travesti e/ou transexual no seio da favela não pode ignorar as regras de funcionamento interno do chamado 'poder paralelo' que governa a vida de seus moradores (ZILLI, 2015). Até mesmo suas existências precisam ser legitimadas pelo tráfico, para além de qualquer aceitação social.

Em uma atividade em grupo, uma outra jovem trans, oriunda de Pernambuco, moradora da Rocinha há poucos anos, levantou a discussão sobre os termos homofobia e transfobia, elegendo o último como mais apropriado a descrever o

¹⁰ O termo gramática é tomado evidentemente de empréstimo da lingüística. Segundo Tomás Coelho Garcia, é "um conjunto de dispositivos a serem acionados por diferentes atores em diferentes situações" (2009, p. 2). Trata-se de um esforço de entender modelos que deem conta da especificidade das ações observadas, identificando os traços pertinentes quanto aos dispositivos que sustentam essas ações e às competências que as produzem os atos (GARCIA, 2009). É importante ressaltar que o uso do termo se contrapõe a qualquer tentativa de descrever uma "estrutura objetiva" em si, mas se privilegia as competências da ação em curso, em situação dinâmica, não como uma regra dada.

sofrimento imputado às pessoas trans: *“Vocês estão falando de homofobia, mas o termo mais correto para falar disso não seria transfobia? Não tamos falando de pessoas Trans?”* disse ela durante uma atividade.

Tal identificação é um ponto de argumentação quanto a experiência de nomenclatura da vivência própria feita pelas irmãs trans anteriormente citadas. Numa outra atividade em grupo, as estudantes, de forma geral, evidenciaram surpresa ao refletirem as diferenças entre gênero e sexualidade, e ao modificarem a forma de encarar travestis e transexuais como gays muito afeminados, equiparam a sexualidade trans a uma equivalência da sexualidade hétero, pelo pertencimento a um gênero diferente do atribuído ao nascimento, mas com um desejo afetivo-sexual pelo gênero oposto ao novo gênero conquistado.

Tais definições identitárias, autorizadas pela experiência de quem vive a identidade que se nomeia, faz refletir o quanto os discursos acadêmicos, notavelmente produtores de categorias de identidade-gênero-sexualidade podem influenciar na vida dos sujeitos travestis e transexuais.

A perspectiva da heteronormatividade pode se estabelecer como violação dos direitos humanos. Em uma oficina sobre empreendedorismo na vida, uma jovem travesti pergunta se um dia uma travesti poderia ser advogada. A resposta fornecida é um questionamento – um furo naquela certeza do “não”. “Não pode? Por que não pode?”.

Oliveira (2017) exemplifica como o apagamento da existência de travestis e transexuais ocorre inclusive no seio de produções teóricas feministas, evidenciando como a heteronorma se estabelece como forma de controle e apagamento do diferente:

A produção teórica desenvolvida por feministas brancas e negras cisgêneras contribui para confirmar a héterossexualidade como única orientação sexual possível. São raros os trabalhos que problematizam a existência de mulheres bissexuais, lésbicas, e mais raros ainda trabalhos que discutem as experiências de travestis e mulheres transexuais negras e/ou brancas (p.171).

A possibilidade de sequer sonhar com uma carreira profissional evidencia-se ainda inalcançável para muitas travestis e transexuais, especialmente no que tange aquelas oriundas das favelas, entendendo que aos moradores de territórios sociovulneráveis também é negado uma mobilidade social tal e qual a quem não

pertence a este território.

Vergne et al. (2015) estudam a noção de genocídio e os territórios de favela, e defendem que esses territórios possuem conexões inevitáveis com o lugar do negro na sociedade:

Favelas, subúrbios cariocas e Baixada Fluminense, lugares de habitação de pobres e negros, ficaram marcados como lugares de consentimento da morte. Sob a alegação constante de justificação, as mortes são creditadas a envolvimento em crimes. A suspeição de negros é confirmada pelas mortes ocorridas, um cotidiano “normal”. Há tiros a qualquer hora do dia, grupos levam o corpo e nada sai nos jornais. A cotidianidade de tais acontecimentos soa estranha apenas se não há atenção ao discurso midiático sobre as populações pobres e negras. Há uma escolha de imagens – como as de corpos quase sempre negros, maltratados e assassinados – portadoras de mensagens que produzem desumanização, ou seja, a caracterização de alguém como pouco humano, ou não humano. (P. 521)

Quando falamos em heteronorma estamos falando de um complexo sistema, mas ainda carente de estudos mais minuciosos: quem faz a norma não se nomeia e a grande maioria dos estudos de gênero tomam como objeto de estudo os desvios da norma. Como no caso dos estudos Trans, comumente levados a cabo por pessoas cisgêneras e tomando por objeto as pessoas trans ou travestis, a Cisgeneridade não parece ser algo que precise ser descrita ou estudada; apesar disso observamos que a exceção da regra mostra rachaduras e subversões da norma (Butler, 2008).

Entendendo que todos os estudos que não levam em consideração a discussão trans estão falando da norma, mas sem classificar-se nela – apenas o que foge a norma é digno de menção-, em buscas simples nas bases de dados de pesquisas, teses e dissertações como Scielo, BVS e DeCS, apenas dois trabalhos com palavras chave contendo este termo ou versando fundamentalmente sobre a cisgeneridade aparecem no ano de 2017. Outros poucos trabalhos trazem a cisgeneridade como ponto de tangência em sua discussão, mas abordam as transgeneridades como objeto de pesquisa, como as pesquisas de Caeiro (2016) e Dell'Aglio (2016), além da dissertação de Cidade (2016) sobre registro civil, norma cisgênera e racionalidades do Sistema Judiciário surgem como resultados na Base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

O que levanta uma inquietante impressão: se hoje ganha cada vez mais força uma cultura política de entender a branquitude¹¹ como opressora *per se* em relação a negritude nos estudos de raça (OLIVEIRA, 2017; MÜLLER e CARDOSO, 2017) nos estudos trans o enfoque na transgeneridade como objeto último mascara uma discussão importante sobre a opressão cisgenera, especialmente considerando o lugar de fala¹² dos pesquisadores sobre o tema em tela.

Para Berenice Bento (2017) a sociologia por muito tempo virou as costas aos estudos trans, diz a autora ao questionar-se sobre quais são os objetos de estudos tradicionais à tal ciência. Ela se questiona se as ferramentas teóricas tradicionais sociológicas dariam conta da complexidade da discussão trans, e se esse silêncio sociológico frente aos grupos minoritários e excluídos socialmente não faria parte da própria estratégia de sua exclusão. Para tanto, ela propõe uma sociologia das abjeções, e sugere que a voz política das pessoas que contribuem para o fazer científico tenha tanto peso quanto as autoras e autores que são estudados. Ela sugere que os antes objetos do estudo ou sujeitos entrevistados sejam reconhecidos como colaboradores da pesquisa.

Segundo Boaventura de Souza Santos (2008), todo conhecimento científico é socialmente construído e toda epistemologia é um modo de dominação. O autor provoca o método científico para que este seja uma ciência que introduz sentido ao invés de extraí-lo, criar ao invés de descobrir, por isso, produz uma crítica a desqualificação do conhecimento e dos sentidos não hegemônicos praticada pelo método dominante, quando contrariado. O método dominante da ciência é branco, héterossexual e cisgênero. Para combater o universalismo dominante, Santos fornece a pista que somente a experiência e a prática poderão ser vetores de validação de um conhecimento.

¹¹ “A branquitude significa pertença étnico-racial atribuída ao branco. Podemos entendê-la como o lugar mais elevado da hierarquia racial, um poder de classificar os outros como não-brancos, dessa forma, significa ser menos do que ele. Ser branco se expressa na corporeidade, isto é, a brancura, e vai além do fenótipo. Ser branco significa ser proprietário de privilégios raciais e simbólicos e materiais.” (MÜLLER e CARDOSO, 2017, p. 13).

¹² Fruto de uma ênfase sobre as vivências individuais a partir da experiência com determinadas categorias sociais – entre as quais se destacam gênero, cor/raça e sexualidade – o “lugar de fala” tem sido tomado como uma estratégia política de peso nas sociedades contemporâneas. Um dos grandes contra-argumentos a desqualificação dos dominados pelos dominantes é que quando não é seu lugar de fala, deve-se parar e escutar. Para melhor discussão ver Ribeiro (2017).

Não é à toa que vemos emergir a luta pela a inserção de pessoas trans/travestis (seguindo o movimento das pessoas negras) na produção de reflexões teóricas sobre si e pela representação de pessoas trans e travestis em todas as esferas.

Subalternidade, Desigualdade e formas de dominação: Não inserção na Heteronorma e Compreensões da Teoria Queer.

Entre alguns dos atendimentos e atividades realizadas no Programa ViraVida, ficou evidenciado que uma identidade transexual ou travesti, para essas pessoas, é amparada numa vivência de “carreira bicha” – o indivíduo vai assumindo desejos gays, passa pouco a pouco a se feminilizar, até que assume os caracteres atribuídos ao gênero feminino; ainda assim, muitos estudantes se nomeavam e eram reconhecidos como ‘viados’ ou ‘bichas’.

Tomando emprestado o sentido dado a ideia de carreira por Howard Becker (2008), uma concepção útil à análise do comportamento desviante que ele estuda (ainda que não sejam estudos direcionados à homossexuais somente), é possível entender a carreira como mecanismo no qual o desvio passa a ser um ato tão apropriado ou conveniente, que passa a ser um modo de viver, e o indivíduo desviante passa a organizar a identidade em torno de um comportamento desviante, e de algum modo, passa a tirar o maior proveito de seu desvio: “O ingresso numa carreira de um desviante é o ingresso num grupo de desvio organizado” (2008, p. 47). O comportamento homossexual seria, claramente, desviante do comportamento héterossexual, que seria a norma. Neste sentido, Mota (2014) exemplifica que, para homossexuais, por exemplo, a carreira não se refere a uma experiência casual – é preciso que se siga um padrão de atividade homossexual durante toda a vida; mas os custos sociais de se construir uma trajetória em desvio tem consequências para a auto-imagem, pois pode conferir novo status para a participação social. No caso da experiência em curso, um complexo entrelaçamento de sexualidade, identidade e gênero ocorre na vivência dessas jovens, levando-as a simplificar o que

nomearíamos como identidade trans como uma vivência extremamente afeminada – uma autêntica “bicha”.

Existe uma diferença imensa entre o pertencimento a um grupo privilegiado e “passar como se fosse” uma pessoa que pertence a esse grupo privilegiado. Passabilidade cis significa que uma pessoa trans é lida pelas outras sem ter a sua dissidência ao sexo/gênero designado no nascimento posta em evidência. Muitas vezes a passabilidade cis no caso de pessoas trans ou travestis pode ser uma ferramenta para evitar sofrer certas violências, como é descrito o mecanismo do armário gay. Pode surgir uma reação de hostilidade e violência a qualquer momento sobre a pessoa, caso seja “revelada” sua transgeneridade. Assim a passabilidade cis pode ser também um efeito da transfobia, a partir de um olhar cissexista que distorce imagens e definições dentro daquilo que é, preferindo enxergar a realidade a partir da heteronorma. A passabilidade cis é comumente vista como um privilégio, especialmente por quem é cisgênero, contudo, pode também ser encarada como desserviço a potência que a diversidade que uma identidade fora da norma pulsa.

A heteronorma, ou heteronormatividade, termo cunhado em 1991 por Michael Warner (PETRY e MEYER, 2011) é um conceito referente à problematização e à crítica de normas de sexo, identidade de gênero, papel social de gênero e sexualidade, e das implicações sociais destas instituições, compreendido como um padrão normativo de sexualidade que regula o modo como as sociedades ocidentais estão organizadas. Ela é descritiva de um sistema binário e dicotômico de categorização, vinculando comportamento social e identidade a partir da genitália: conceitos estritamente definidos de virilidade e feminilidade, de macho e fêmea, homem e mulher, logo, sendo esperados comportamentos tanto de homens quanto de mulheres com relação ao seu sexo e seu gênero.

Possuindo linhagens na noção de Gayle Rubin (1993) do "sistema sexo/gênero" e na ideia de Adrienne Rich de héterossexualidade compulsória (ARAN, 2016), e sendo concebido para descrever as normas contra as quais as pessoas não-héterossexuais lutam, o termo rapidamente incorporou-se aos debates de gênero, e em discussões feministas. Por exercer o poder de ratificar, na cultura, a compreensão de que a norma e o normal são as relações existentes entre pessoas de sexos diferentes, o conceito refere-se ao dispositivo histórico da sexualidade

(FOUCAULT, 1985) que deve formar todos para serem héterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente “natural” da héterossexualidade.

Para Louro (2009), partindo de uma premissa na qual sexo, gênero e sexualidade sustentam-se dentro de uma lógica que considera sexo biológico como “natural”, se entende o natural como “dado”, alinhando natureza com a héterossexualidade – com o desejo pelo sexo/gênero oposto –, que passa a ser privilegiada como forma compulsória de sexualidade, fazendo com que os sujeitos que escapam à norma sejam deslocados para a margem da preocupação das escolas, da justiça, e da sociedade em geral. Porém, são ‘aberrações’ necessárias para construir os contornos, as bordas daqueles ditos “normais”.

A referida autora traça um importante limite epistemológico, questionando onde se alocariam os sujeitos que não ocupam nenhum dos dois lados desse binarismo, como os bissexuais, os transgêneros, as travestis e as drags. A ciência não dá conta da ambiguidade, atravessamento e da turvação das fronteiras do gênero e da sexualidade e da lógica binária promovida por tais sujeitos, deixando-os em um não lugar. Neste sentido, sugere que se problematize o estatuto de “verdade” da dicotomia héterossexualidade/homossexualidade como a categoria explicativa da sociedade contemporânea.

Segundo Louro (2009), apesar das pessoas LGBTQ+ pertencerem de um modo geral a um grupo subalternizado frente à heteronorma, existe um potencial subversivo muito forte nas pessoas travestis, transexuais, intersexos, não binárias, e mesmo lésbicas masculinizadas e gays efeminados. Nesses exemplos, o rompimento com quaisquer padrões – o denominado queer – é uma postura política poderosa.

No livro *A Dominação Masculina*, Pierre Bourdieu (2007) demonstra quando a masculinidade se estabelece no espaço social enquanto uma violência que se impõe de maneira velada, mas com vigor e autoridade, para sustentar-se como um poder que impõe significados e legitimidade em todas as relações sociais dos indivíduos.

Os estudos deste autor enfatizam a construção social dos indivíduos por meio de seu conceito de *habitus*: um sistema articulado de comportamentos, ideias e representações sob a forma de preferências sistematizadas. São um conjunto de

práticas por meio das quais os indivíduos marcam, reconhecem e são reconhecidos em suas distinções de acordo com seu capital social, econômico, cultural e simbólico. No espaço social, os atores estariam imersos em um meio terminantemente distintivo e binário quanto ao gênero, mas também intrincados em outras dicotomias como rico/pobre, alto/baixo, claro/escuro, gordo/magro, negro/branco etc. O *habitus* orienta a ação, e como um produto das relações sociais, assegura a perpetuação das condições que o criam.

Quando Bourdieu pensa as relação de poder, ele enxerga que nelas há uma espécie de aceitação por parte dos grupos dominados, não sendo, contudo, uma aceitação deliberada, mas uma submissão. A posição do indivíduo determina o sentido do que é possível fazer em função das possibilidades objetivas que lhes são oferecidas – eles agem de acordo com sua posição social, seu *habitus* de classe. Assim, cada indivíduo adota as próprias disposições (*habitus*) que sua posição requer. Nas palavras do autor:

O campo do poder (que não deve ser confundido com campo político) não é um campo como outros: ele é o espaço de relações de força entre diferentes tipos ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão (BOURDIEU, 2007, p. 52).

A dominação masculina é justificada a partir dos sentidos corporais, enxergados prioritariamente por meio da diferença anatômica entre os sexos, que estão incorporadas por sua vez na forma de diferentes esquemas de percepção (por meio do *habitus*). Os dominados entram no jogo do poder e reproduzem os sentidos da ordem social que os dominam; que seria uma ordem dos corpos nas quais homens e mulheres aprendem suas atitudes, modos, pertencimentos e performances. É no corpo que se constrói, se legitima e conforma o *habitus* da dominação masculina que é aceito, produzido e conformado pelos agentes sociais seus pares.

Em Judith Butler (2008) é possível encontrarmos paralelos à noção de *habitus*:

Se o sexo é ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural

de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem que designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discurso”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (Butler, p. 25, 2008).

Ela propõe a ideia do gênero como um ato performativo que é intencional: palavras ou gestos criam uma realidade na medida em que são expressados. Esses atos precisam ser repetidos, com isso produzindo um efeito ontológico, produzindo uma ilusão de substância, levam a crer na existência de homens e mulheres. A ilusão do gênero é denunciada quando uma incapacidade de repetir, uma deformidade ou uma repetição parodística ocorrem (como no caso das DragQueens).

Os gêneros seriam então performances sociais. “Homem” e “Mulher” precisam provar seu gênero todos dias: repetindo atos e performances cotidianamente. Se procurarmos nos noticiários, acharemos notícias¹³ sobre agressões direcionadas à pessoas héterossexuais apenas por terem parecido homossexuais, comprovando que caso fujam dessa performance diária, ocorrem sanções sociais violentas.

Rodrigo Borba (2014) ressalta o mal entendido entre performance e performatividade. Para o autor, na leitura de Butler, ao considerarmos que o sujeito é um produto de suas ações e que o corpo é um efeito discursivo, ocorreu uma série de mal-entendidos e críticas.

No que se refere à relação entre performance e performatividade, muitas/os pesquisadoras/es a utilizaram de forma voluntarista: confundiram performance com performatividade e fizeram com que a identidade de gênero parecesse um mero artifício usado

¹³ Algumas das referidas notícias: “Mulher cis em tratamento contra câncer sofre agressão ao ser confundida com trans”, Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2018/11/mulher-cis-sofre-agressao-ao-ser-confundida-com-trans>, acesso em 05/01/2019; “Seis casos que mostram que a homofobia também é um problema de héteros”, disponível em: <<https://www.ladobi.com.br/2015/06/homofobia-problema-heteros/>>, acesso em: 05/01/2019; “Confundidos com gays, héteros sofreram homophobia”, disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticias/brasil/noticia-456925-confundidos-com-gays-heteros-sofreram-homofobia.html>>, acesso em 05/01/2019; “Confundidas com casal lésbico, mãe e filha são agrididas em saída de cinema em shopping de Brasília”, disponível em: <<https://revistaladoa.com.br/2017/10/brasil/confundidas-com-casal-lesbico-mae-filha-sao-agredidas-em-saida-cinema-em-shopping/>>, acesso em 05/01/2019.

estrategicamente, ou seja, pareciam defender que os sujeitos podem, à vontade, trocar de gênero como trocam de roupa.” (p. 449).

Como defende o autor em seu artigo, Judith Butler em *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of “Sex”* (1993) e trabalhos subsequentes (1997a, 1997b, 2004, 2008), propor-se-ia a esclarecer esses mal-entendidos. Com relação à confusão entre performance e performatividade, a filósofa argumenta, na visão do autor, que esse enquadre do sujeito generificado que pode escolher as performances de gênero nas quais deseja performar, apaga um aspecto constitutivo da performatividade: a regulação. Nas palavras da própria Butler:

performatividade não é um jogo livre nem uma autoapresentação teatral; não pode também ser igualada à performance. Além disso, a regulação não é necessariamente aquilo que coloca um limite à performatividade; a regulação é, ao contrário, aquilo que impele e sustenta a performatividade (Butler, 1993. P 93).

Berenice Bento (2008) nos mostra que a experiência trans traz valiosas lições sobre gênero ao tornar evidentes os processos sociais performativos de construção e normalização de gênero. Para ela, o gênero é um mecanismo de constrangimento e opressão, pois os corpos precisam corresponder a uma estética do gênero, aqueles que não o fazem são tidos como corpos inteligíveis. Defende a autora que estudar a população trans não é somente um ato acadêmico no âmbito das discussões políticas, mas sim um ato político, por conta da vulnerabilidade dessa população. Segundo ela, a descoberta do corpo sexuado “é um momento de atribuição de sentido para as várias surras, insultos e rejeições familiares” (2006, p. 96). Ter um/a pênis/vagina e não conseguir agir de acordo com as expectativas sobre essa genitália é sinônimo de não conseguir desenvolver o gênero correto para seu sexo.

A partir disso, Bento e Pelúcio (2012) debruçaram-se sobre a despatologização da identidade trans, articulando suas vozes a uma luta política por muito tempo deixada em segundo plano pelo movimento LGBT. Elas defendem que todos já nascemos cirurgiados, na medida que ao longo da gestação o acompanhamento médico tem o dom de criar o bebê gestado, que se traduz em uma série de expectativas para com as cores, os brinquedos, os anseios dos pais. Ao nascer, a criança não é um corpo, uma natureza, um conjunto de células biológicas que encerra em si uma verdade, mas sim um corpo generificado,

cirurgiado no sentido de que já há uma cultura de expectativas por aquele corpo, ele não está livre dos imperativos. Para as autoras, não é possível pensar em biologia quando são elencados os ensinamentos, as repressões, que dizem o que é de menina e o que é de menino. O que a experiência transexual revela, então, são traços estruturantes das verdades para gêneros, para as sexualidades e subjetividades.

Desigualdade: Políticas de Estado, Cidadania e Soberania, Práticas Públicas e Ativismos Locais

São múltiplas as narrativas da desigualdade e da cidadania: as teorias sociais e de classe fundadas sobre a categoria trabalho versam, na contemporaneidade, sobre a reserva de capital, sobre o desemprego pela tecnologia, exploração de outras comunidades e declínio como papel e função. Existe uma vasta produção teórica sobre a desigualdade, amparada numa linha de raciocínio econômico-social, que parte de uma vertente de desenvolvimento desigual e acumulação de capital. Para discutirmos os direitos, contudo, é importante pensar os motivos pelos quais se fez necessário a emergência dos direitos.

Gayle Rubin (1993) afirma que a literatura sobre gênero e sobre mulheres é uma longa reflexão sobre a questão da natureza e a gênese da opressão e subordinação social das mulheres. Ela não tenta fazer uma crítica sistemática de algumas das explicações mais correntes e populares – e cita “a tentativa de extrair todos os fenômenos da subordinação social do primeiro volume de O Capital” (p.2) – da gênese da desigualdade sexual, mas opta por apresentar uma explicação alternativa para o problema.

Rubin (1993) aponta o que chama de falha do marxismo clássico em exprimir ou conceituar a opressão sexual: isso se dá devido ao fato que o marxismo enquanto teoria da vida social, para a autora, não se ocupa da questão do sexo. No que ela chama de “visão Marx do mundo social” (p.3), os seres humanos são trabalhadores, camponeses ou capitalistas; mas o fato de que são também homens e mulheres parece não ter muita importância.

A autora reconhece que há inúmeras tentativas de aplicar a análise marxista à questão das mulheres, isso porque não existe, para ela, “nenhuma teoria que dê conta da opressão das mulheres – na sua interminável variedade e monótona similaridade através das culturas e ao longo da história – com o mesmo poder explicativo que tem a teoria marxista da opressão de classe” (RUBIN, 1993, p.3).

Ela enumera que estudos já elencaram que as mulheres são uma força de trabalho de reserva para o capitalismo, que seus baixos salários propiciam uma mais-valia extra para o empregador capitalista, que servem ao consumismo da sociedade capitalista em seu papel de administradoras do consumo familiar, entre outros. Contudo, para a autora, situar a opressão das mulheres no coração da dinâmica capitalista, apontando as relações entre trabalho doméstico e reprodução do trabalho é colocar, de forma indubitável, as mulheres na *definição* do capitalismo, e exemplificar o processo pelo qual o capital é produzido pela extorsão da mais-valia do trabalho pelo capital.

Em resumo, para Rubin (1993) é um “elemento histórico e moral” (p.5) que determina que

uma mulher esteja entre as necessidades de um trabalhador, que as mulheres, e não os homens, façam o trabalho doméstico, e que o capitalismo seja herdeiro de uma longa tradição na qual as mulheres não herdaram, na qual as mulheres não lideraram, e na qual as mulheres não falam com deus. Foi esse “elemento histórico e moral” que dotou o capitalismo de uma herança cultural de formas de masculinidade e feminilidade. É nesse “elemento histórico e moral” que todo o campo do sexo, da sexualidade e da opressão sexual está incluído. E a brevidade do comentário de Marx serve apenas para enfatizar a vasta área da vida social que ele abrange e que deixa de examinar. Somente submetendo esse “elemento histórico e moral” à análise pode-se delinear a estrutura da opressão sexual. (RUBIN, 1993, p.5).

Karl Marx ([1867] 2013) expõe como se desenvolveu o processo de acumulação de capital no modo de produção capitalista, por meio da centralização e concentração da riqueza. A libertação da escravidão foi posta como uma novidade salvadora, mas aqueles que se emanciparam da escravidão/servidão violentamente vivenciaram a substituição do trabalho escravo pelo assalariamento. É necessário então entender a acumulação primitiva a partir de interpretações deturpadas das relações históricas que para os intelectuais burgueses possibilitaram o capitalismo. Marx mostra um outro lado da moderna história da luta de classes, que desde então

indica que a expropriação da terra foi a base de todo o processo que fundou o capitalismo.

Rubin (1993) afirma que para Marx o capitalismo se distingue dos outros modos de produção por ter um único objetivo: a criação e a expansão do capital. Outros modos de produção têm como fim produzir coisas úteis para satisfazer as necessidades humanas, ou produzir um excedente para uma nobreza dirigente, ou ainda produzir em volume bastante para oferecer sacrifícios aos deuses: essencialmente, o capitalismo produz capital. O capitalismo também é, na visão da autora, uma série de relações sociais – formas de propriedade, e assim por diante – nas quais a produção visa a transformar dinheiro, coisas e pessoas em capital. E capital é uma quantidade de bens ou de dinheiro que, quando trocados por trabalho, se reproduzem e aumentam, apropriando-se de trabalho não pago, ou mais-valia, do trabalhador.

No Dicionário do Pensamento Marxista (BOTTOMORE, 1988) não é possível encontrar um verbete versando sobre a desigualdade, apenas sobre exploração. O que denota que existe uma teoria marxista sobre a pauperização, mas não sobre a pobreza. A relação social de precificação esbarra hoje na valoração social de raça, classe e gênero.

Podemos pensar em três conceituações da desigualdade – desigualdade que deriva do modo de produção excedente; a partir da expropriação do trabalho, na visão marxista, dominação, controle, mais valia, teorias da acumulação e do valor de troca:

1) a partir da visão de Karl Polanyi (2000), para quem o sistema funciona pela vocação de destruir, de liberar (analogia pelo liberalismo) – destrói o mundo e a compensação que o trabalhador não encontra no salário. Forças sociais e produtivas que convivem com o modelo de acumulação de produção. Existe ainda uma forma de execução fascista – circuitos artificiais de captura ao capital. Para Polanyi, a incrustação da economia implica que esta esteja submergida nas relações sociais, não constituindo uma esfera desvinculada e autônoma em relação à sociedade.

2) a partir da visão de Brodeur (1998), e as teorias da dependência econômica, do trabalho marginal – sub exploração – o informal e o precário a partir da tríade desemprego-exploração-desapropriação.

3) A partir da discussão de dominação – teorias de dominação patriarcalistas, o poder simbólico, laços e habitus sociais, capacidade linguística. Weber, Bordieu, Becker são autores dessa linha – em diálogo com Gramsci.

O Brasil é um país produto da escravidão moderna. E as consequências da sociedade escravocrata estão ilustradas pela pobreza ostentada nos guetos sociais, nas favelas, em contrapartida à acumulação de capital. É uma desigualdade tanto econômica quanto política. É perceptível como as discussões sobre classe e capital possuem dificuldade ao abarcarem as discussões de gênero (CHABAUD-RYCHTER, 2014).

Em Quijano (2000), a globalização é oriunda do padrão de poder mundial que tem como seu eixo principal a classificação social, explícita e difundida por meio da ideia de raça, utilizada como uma forma de dominação colonial eurocêntrica.

La colonialidade es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia social cotidiana y a escala societal. Se origina y mundializa a partir de América (QUIJANO, 2000, p. 342).

O padrão de poder na América Latina teve como sua base a ideia de raça, que baseou-se na diferença entre colonizados e colonizadores, situando os colonizados como inferiores. Essa diferença, biologizada, serviu como elemento fundador da dominação, originado na América e expandindo-se mundialmente (QUIJANO, 2005).

A ideia de raça acabou se tornando parte integrante da subjetividade dos sobreviventes da colonização, dando origem a noção de identidade. A raça desenvolveu-se como um marcador fundamental da diferença, e por meio dessa ideia de raça produzida na América, surgiram novas identidades sociais como, índios, negros e mestiços – e em contrapartida, seus pólos dominantes, colonização portuguesa e espanhola.

Houve uma dependência histórico estrutural, que culminou em uma subordinação econômica com os países da América do Sul. A partir da crise mundial econômica da década de 30, com o processo de industrialização, nasce uma nova fase que se fazia necessária à economia. No entanto, para Quijano (2005), tal fase

representa uma reorganização da colonialidade do poder e não um processo de desenvolvimento do Estado Nação – o modelo econômico dos países desenvolvidos foi copiado pelos países latino-americanos, sem, contudo, terem o mesmo êxito por conta do processo de exploração sofrido pelos países da América Latina, pois estes estiveram de maneira desigual na divisão internacional do trabalho.

O autor aponta (2005) quanto aos problemas históricos e ideológicos do Estado Nação, os quais impedem uma nacionalização da sociedade na América Latina: a falta de objetivos comuns. Para Quijano (2005), depende de uma democratização da sociedade, constituindo um espaço de identidade e de interesses em comum, para assim reconhecer-se um Estado democrático. A imposição da ideia de raça, porém, historicamente, sempre limitou a construção de uma Nação, sendo necessária a admissão de que ela é um fator nodal na problemática nacional.

Wallerstein (2004) alerta para as crises cíclicas do capital e apresenta, de forma contundente, as principais dificuldades, ainda imprevisíveis, que a sociedade deverá enfrentar na próxima crise do capital; um cenário de desordem que encerra em si as expectativas de um novo modo de produção capitalista, mas que guarda potencial para o inviável conflito étnico, perpassando pela desigualdade social, a luta de classes, o alto nível de criminalidade, a crise fiscal dos Estados e um colapso do sistema moral.

Os Estados, ao diminuírem os recursos de políticas sociais, destituem direitos sociais e o atendimento (sempre parcial) das necessidades humanas, que antes eram garantidas pelo fundo público, mas agora são satisfeitas no mercado privado. Mas, as políticas neoliberais, “provocaram aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não-qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão-de-obra e redução de gastos com políticas sociais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 127). É uma crise moral.

Zygmunt Bauman (2005a) aponta a globalização como uma grande transformação que afetou e reconfigurou as estruturas sociais, subjetividades, a produção cultural e as relações entre as pessoas. “As identidades sexuais, sociais e culturais tornaram-se incertas e transitórias” (p.13), não podendo mais se assujeitarem nos enquadramentos e disciplinas impostas socialmente. Encarada como um processo construído historicamente e não mais biologicamente, a

identidade para Bauman deve ser considerada em um “processo contínuo de redefinição, de invenção e de reinvenção da nossa própria história” (BAUMAN, 2005a, p.13)

Em uma outra visão sobre desigualdade, percebemos três pontos abordados em Bauman (2005b) nos quais o autor sistematiza, por exemplo, sua compreensão de exclusão: 1) por meio da construção da ordem, 2) por meio do progresso econômico e 3) por meio da globalização.

Para Bauman, os excluídos pelo progresso econômico encontram-se em uma situação específica dos excluídos pela ordem. Eles são excedentes, sua exclusão não é planejada.

A “população excedente” é mais uma variedade de refugio humano. Ao contrário dos homini sacri, das vidas indignas de serem vividas, das vítimas dos projetos de construção da ordem, seus membros não são “alvos legítimos” excluídos da proteção da lei por ordem do soberano. São, em vez disso, “baixas colaterais”, não intencionais e não planejadas, do progresso econômico. No curso do progresso econômico (a principal linha de montagem/desmontagem da modernização), as formas existentes de “ganhar a vida” são sucessivamente desmanteladas e partidas em componentes destinados a serem remontados (“reciclados”) e novas formas. Neste processo, alguns componentes são danificados a tal ponto que não podem ser consertados, enquanto, dos que sobrevivem a fase de desmonte, somente uma quantidade reduzida é necessária para compor os novos mecanismos de trabalho, em geral mais dinâmicos e menos robustos. (Bauman, 2005b, p.53)

As vidas desperdiçadas que o autor se refere são as vítimas de uma sociedade que se divide entre incluídos e pelos excluídos; paradoxalmente, é uma sociedade plural que funciona como um dispositivo de seleção da pluralidade que é aceitável. E aquela que não é aceitável perece.

Bauman (2005b) questiona sobre como assegurar a nossa segurança pessoal em relação a estes indivíduos refugados. Para ele, é a função que assume o Estado, alimentando os nossos medos, aparecendo como um “suposto protetor” quando na realidade encarna um dos principais produtores do terror em nome da segurança – e

não é o que vemos ser entregue como promessa pela intervenção militar federal no estado do Rio de Janeiro?¹⁴

Cada sociedade tem seu padrão de pureza, diz Bauman (1998), que mudam ao longo dos tempos, variam a cada cultura. Os padrões de pureza seriam normas criada pel conjunto social para definir o que é normal ou não. As pessoas que não se encaixam nestas normas tornam-se um problema com relação a organização do meio social, passam a serem vistas como esquilidas e tratadas como lixo humano, são os estranhos: “O oposto da ‘pureza’ – o sujo, o imundo, ‘os agentes poluidores’ – são coisas ‘fora do lugar” (BAUMAN, 1998, p.14).

Dias et al (2015) articula de forma eficaz o presente raciocínio:

Diante desse cenário, recuperamos a ideia de resíduo humano e de descarte, propostas, respectivamente, por Bauman (2005) e Melazzo e Guimarães (2010), entendendo que as condições sociais e de vida das mulheres travestis e transexuais em situação de rua podem ser lidas à luz dessas categorias, mas não absolutamente. Conforme proposto pelos autores, a condição de resíduo e de descarte, como antípoda e engrenagem do modelo econômico vigente, não ocorre plenamente, devido à possibilidade de tais “rejeitos” serem reaproveitados pelo sistema capitalista, de modo a fomentar atividades de mercado. (p.232)

Uma das saídas utopísticas para a crise moral do capital que Wallerstein (2004) aventa é a discussão de gênero e do feminino como uma das saídas do modelo hegemônico. O discurso sobre o feminino encerra em si um potencial de subversão da heteronorma, que sempre está representada pelo masculino branco. Mas questiona-se o autor, o feminismo primeiromundista teria força para barrar o capitalismo? A questão de gênero possui fôlego para abarcar a questão ambiental, e a de raça?

Nancy Fraser (2007) é uma autora que adota uma visão feminista bem particular: ela se questiona se é possível construir um diálogo entre os grupos que dialogam pela justiça social pelo viés da redistribuição – alocação mais justa de recursos e bens e aqueles que a buscam pelo viés do reconhecimento de

¹⁴ Disponível em: <<http://www.atribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/atualidades/temer-assina-decreto-que-determina-intervencao-militar-no-rio-de-janeiro/?cHash=661b9fb4db0682975b35cbd83b1d717a>>. Acesso em 23/08/2018.

identidades e suas demandas particulares. A autora termina por defender o modelo de status de participação social:

O que exige reconhecimento não é a identidade específica de um grupo, mas a condição dos membros do grupo como parceiros integrais na interação social. O não reconhecimento, conseqüentemente, não significa depreciação e deformação da identidade de grupo. Ao contrário, ele significa subordinação social no sentido de ser privado de participar como um igual na vida social. Reparar a injustiça certamente requer uma política de reconhecimento, mas isso não significa mais uma política de identidade. No modelo de status, ao contrário, isso significa uma política que visa a superar a subordinação, fazendo do sujeito falsamente reconhecido um membro integral da sociedade, capaz de participar com os outros membros como igual. (p.107-108)

O modelo apresentado por Nancy Fraser soa como uma saída ao currículo oculto da subalternidade; quando o foco deixa de ser o atendimento a demandas particulares para o foco no coletivo. Contudo, o modelo esquemático pode soar uma correspondência dentro de uma norma estabelecida – não confere, de fato, uma revolução.

Considerações Finais

É inegável que, como já explicitado na primeira e segunda seções do texto, o feminino – aqui encarnado pelos corpos transexuais e travestis – encerra em si um potencial subversivo sem igual. Se os corpos trans e travestis rompem com a heteronorma e portanto são tratados como abjetos, estes podem ser a saída não só para a crise moral do capital como apontado por Wallerstein como as gestantes de uma nova ordem ao mundo.

São esses corpos abjetos que estão excluídos da cidadania, são subalternos e tratados desigualmente a tal ponto que sequer cooptados pelo capital foram totalmente, ainda que tenha havido uma emergência e popularização da temática trans na mídia e na produção acadêmica.

E se assim, deslocados e refugos humanos são, que se avenge uma revolução da norma, e não mais uma tentativa vã de se enquadrar nela. Que os

ativismos locais dos corpos abjetos sejam a faísca que incendeie uma saída contra hegemônica, de forma pungente.

Referências

ANDRADE, Luma. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. Rio de Janeiro: Metanóia, 2015.

ARAN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. Rio de Janeiro: **Ágora**. v. 9, n. 1, p. 49-63, Junho de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 Fev. 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1998.

_____. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005a.

_____. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005b.

BECKER, Howard S. (1963). **Outsiders**: Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEHRING, Eliane Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

_____. **O Que é a transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 569-581, 2012.

BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 43, p. 441-474, Dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200441&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 dez. 2018.

BOTTOMORE, Thomas (org.). **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BORTOLINI, Alexandre. Pensando a Política Pública em Diversidade Sexual e de Gênero na Escola. Em: CANDAU, V.M.F. Diferenças Culturais e Educação: Construindo Caminhos. Rio de Janeiro, **7 Letras**, 2011, pp.151-174.

BRODEUR, Jean-Paul. **How recognize good policing** - problems and issues. California: Sage Publications, 1998.

BUTLER, Judith. **Bodies that Matter**: On the Discursive Limits of "Sex". Nova York, Routledge, 1993.

_____. **Excitable Speech**: A Politics of the Performative. Nova York, Routledge, 1997a.

_____. **The Psychic Life of Power**. Stanford, California, Stanford University Press, 1997b.

_____. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay on Phenomenology and Feminist Theory, 2004. Em: BIAL, H. **The Performance Studies Reader**. Nova York, Routledge, 2004, pp.154-166.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAEIRO, Rui Miguel Pereira. **Transexualidade(s) e travestilidade(s) no jornalismo**: uma análise discursiva das notícias produzidas em Pernambuco pelo Aqui PE e Jornal do Commercio. 2016. 289 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.

CHABAUD-RYCHTER, D. et al. **O gênero nas ciências sociais**: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CIDADE, Maria Luiza Rovaris. **Nomes (im)próprios**: registro civil, norma cisgênera e racionalidade do sistema jurídico. 2016. 199 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.

DELL'AGLIO, Daniela Dalbosco. **Marcha das vadias**: entre tensões, dissidências e rupturas nos feminismos contemporâneos. 2016. 139 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DIAS, André Luiz Freitas et al . À margem da cidade: trajetórias de invisibilidade e exclusão de travestis em situação de rua. Gerais, **Rev. Interinst. Psicol.**, Juiz de fora , v. 8, n. spe, p. 214-233, dez. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S19838220201500020005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 jan. 2019.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** Lua Nova, n.70, p.101-38, 2007.

FOUCAULT, Michel. A. **História da Sexualidade III: O Cuidado de Si**. 8 ed. São Paulo, Edições Graal, 1985.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012. Disponível em: <http://issuu.com/jaquelinejesus/docs/orienta__es_popula__o_trans>. Acesso em 12/03/2016.

GARCIA, Thomás Coelho. Violência policial como tema público: o caso da “chacina do alemão”. **Sociologia & Política** – I seminário Nacional Sociologia & Política UFPR. UFPR: 2009. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTsONLINE/GT4/EixoII/violencia-policial-TomasGarcia.pdf>>. Acesso em 12/03/2016.

LEITE JR., Jorge. **"Nossos corpos também mudam"**: sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. Em: JUNQUEIRA, Rogério D.(org). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. Disponível em: <portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015502.pdf>. Acesso em: 12/03/2016.

MARX, Karl.. A chamada acumulação primitiva [1867]. Em: MARX, Karl. **O Capital: para a crítica da economia política**. Livro I, volume II, RJ: Civilização Brasileira, 2013. p. 833-885.

MOTA, Murilo. **Ao sair do Armário entrei na velhice...**: Homossexualidade masculina e o curso da vida. Rio de Janeiro: Mobile, 2014.

MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (org). **Branquitude: Estudos sobre a Identidade Branca no Brasil**. Curitiba: Appris Editora, 2017.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. 2017. 192 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**: Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193 - 198, jan./jul. 2011.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part I. **Jornal of world-systems research**. v.6, n.2, 2000, pp. 342-386.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005. pp.118-142.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento Editora, Selo Justificando, coleção Feminismos Plurais, 2017.

RUBIN, Gayle. **O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a economia política do sexo**. S.O.S corpo: Recife, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso Sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.

VERGNE, Celso et al. A palavra é... genocídio: a continuidade de práticas racistas no Brasil. **Psicologia & Sociedade**. 27(3), 2015. P. 516-528. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n3/1807-0310-psoc-27-03-00516.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Utopística ou as decisões históricas do século vinte e um**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

ZILLI, Luís Felipe. O “mundo do crime” e a “lei da favela”: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte, **Etnográfica**, vol. 19 (3), 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/4074>. Acesso em 18 fev. 2018.